

O PERIÓDICO COMUNISTA-ANÁRQUICO *LA VOZ DE LA MUJER* E O COMBATE AO TRÁFICO DE MULHERES (BUENOS AIRES, 1896-1897)

THE COMMUNIST-ANARCHIC NEWSPAPER *LA VOZ DE LA MUJER* AND THE COMBAT TO THE TRAFFIC OF WOMEN (BUENOS AYRES, 1896-1897)

EL PERIÓDICO COMUNISTA-ANÁRQUICO *LA VOZ DE LA MUJER* Y LA LUCHA CONTRA EL TRÁFICO DE MUJERES (BUENOS AYRES, 1896-1897)

*Ingrid Souza Ladeira de Souza*¹

Resumo

Este artigo pretende analisar os conteúdos acerca do tráfico e escravidão de mulheres presentes no periódico anarquista *La Voz de la Mujer*. Esse periódico circulou em Buenos Aires, entre os anos de 1896 e 1897, sendo esse o recorte espaço-temporal deste texto. Foi considerado o primeiro periódico anarquista de mulheres para mulheres da América Latina. Os conteúdos sobre o tráfico de mulheres são parte de um compilado de textos destinados a discutir problemas exclusivamente femininos. Para as colaboradoras do periódico, o tráfico de mulheres significava a maior das humilhações a que uma mulher era submetida. Entendiam, também, que existiam múltiplos meios de escravizar as mulheres e que essas práticas precisavam ser combatidas pelos anarquistas de todo mundo.

Palavras-chave: Mulheres; imprensa; tráfico; escravas; anarquismo.

Abstract

This article turns to analyze the contents about the trafficking and enslavement of women present in the anarchist newspaper *La Voz de la Mujer*. This periodical circulated in Buenos Ayres, between the years of 1896 and 1897, being this the space-time clipping of this text. It was considered the first anarchist journal of women for women in Latin America. The contents on the trafficking of women are part of a compilation of texts designed to discuss exclusively female issues. For the newspaper's collaborators, the trafficking of women meant the greatest humiliation a woman was subjected to. They also understood that there were multiple means of enslaving women and that these practices needed to be fought by anarchists around the world.

Keywords: Womem; press; traffic; slaves; anarchism.

¹ Mestra em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (PPGH/Unirio). Foi bolsista Mestrado Nota 10 – Faperj. A dissertação foi orientada pelo Prof. Dr. Carlo Romani (Unirio) e coorientada pela Prof^a. Dr^a. Angela Maria Roberti Martins (Uerj).

Resumen

Este artículo tiene como objetivo analizar los contenidos acerca de trata y esclavización de mujeres presentes en el periódico anarquista *La Voz de la Mujer*. Este periódico circuló en Buenos Ayres, entre los años 1896 y 1897, siendo ese el recorte espacio-temporal de este texto. Fue considerado el primer periódico anarquista de mujeres para mujeres de América Latina. Los contenidos sobre trata de mujeres son parte de un compilado de textos destinados a discutir problemas exclusivamente femeninos. Para las colaboradoras del periódico, trata de mujeres significaba la mayor de las humillaciones a las que una mujer era sometida. Entendían, también, que existían múltiples medios de esclavizar a las mujeres y que esas prácticas necesitaban ser combatidas por los anarquistas de todo el mundo.

Palabras clave: Mujeres; prensa; tráfico; esclavas; anarquismo.

Introdução

O presente texto resulta da pesquisa que foi desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (PPGH-Unirio) e tem como objetivo fazer uma breve análise dos conteúdos sobre tráfico de mulheres presentes no periódico feminino² e anarquista *La Voz de la Mujer*. Fundado em 8 de janeiro de 1896, o jornal teve nove exemplares editados, sendo o último publicado em 1º de janeiro de 1897. Sua tiragem variava entre mil e dois mil exemplares (SOUZA, 2019, p. 32).

O jornal teve periodicidade irregular, criando hiatos entre os números publicados. As formas de financiamento da folha funcionavam por meio de subscrição voluntária das companheiras e companheiros. O lançamento do jornal *La Voz de la Mujer*, em Buenos Aires, realizava o desejo das redatoras³ de representar a voz feminina, mostrando para outras mulheres que elas não estavam sozinhas e que por meio do jornal teriam uma voz de resistência contra o que as dirigentes e redatoras consideravam uma vida degradante.

A temática do tráfico de mulheres começou a se espalhar no mundo por conta do grande fluxo migratório de europeias para as principais metrópoles que então se

² O periódico *La Voz de la Mujer* se opunha às ideias propostas pelo movimento feminista argentino, que era encabeçado pelas socialistas e liberais. Essas mulheres liberais e socialistas proclamavam-se feministas. A historiadora Dora Barrancos (1990) caracterizou essa oposição ao movimento feminista como contrafeminismo. O conceito de contrafeminismo é a oposição ao propósito de regulamentação da emancipação e independência feminina, levando em consideração que as feministas eram vistas como reformistas pelas anarquistas e pretendiam institucionalizar os direitos das mulheres. Segundo Barrancos, o contrafeminismo só pode ser interpretado através da perspectiva do conjunto das ideias libertárias femininas (BARRANCOS, 1990, p. 277; SOUZA, 2019, p. 161).

³ A trajetória das redatoras ainda é desconhecida para essa pesquisa.

expandiam na América Latina, como Buenos Aires e Rio de Janeiro. Os conteúdos sobre o tráfico de mulheres presentes no periódico abordavam um assunto pouco comentado entre as libertárias e os libertários, em geral. O tráfico e a prostituição de mulheres eram assuntos pouco comentados entre alguns grupos anarquistas argentinos existentes no final do século XIX e início do século XX. Poucas evidências dão conta desse tema tão importante para as mulheres, entre os articulistas dos periódicos anarquistas, a maioria era formada por homens que, mesmo apoiando causas femininas, pouco discutiam sobre o tráfico de mulheres e a situação das prostitutas na América.

Breve análise dos escritos do *La Voz de la Mujer*: tráfico de mulheres e suas formas de combate

Durante o século XIX e início do século XX, tanto no Brasil quanto na Argentina, a prostituição era vista pela medicina como um vício que poderia corromper a moral das mulheres “direitas” (RAGO, 1985, p. 85). Geralmente, as prostitutas tinham lugares específicos para sua atuação a fim de que não atrapalhassem a convivência e nem a mobilidade das famílias; estes locais eram os bordéis que tinham que ser registrados nas polícias locais para que fossem acompanhados de perto pela administração pública (RAGO, 1985, p. 92).

Por prostituição, entendemos:

a troca de serviços sexuais por uma compensação financeira ou material pode ser caracterizada como prostituição, mas também pode estar presente em relações como namoros ou casamentos. A existência de um continuum nos intercâmbios econômicos e sexuais entre mulheres e homens é um traço recorrente da organização social em distintas culturas e ao longo da história. [...] Esse tipo de transação é legalmente definido como prostituição, e geralmente como crime de prostituição, quando mulheres, travestis ou homossexuais solicitam aos homens de forma explícita, verbal ou não, dinheiro como contrapartida por serviços sexuais específicos, efetuados em espaços públicos, privados ou comerciais. [...] A prostituição é uma instituição que serve à regulação das relações sociais de sexo [...]. (PHETERSON, 2009, p. 203-204).

As poucas discussões libertárias que se debruçaram sobre o tema da prostituição argumentavam que as mulheres prostitutas eram vistas como objetos sexuais que serviam para a obtenção de lucro para os burgueses e para as autoridades. A prostituição

foi denunciada pelos anarquistas como mais uma parte da relação de exploração entre as classes, já que a maioria das prostitutas era pobre. Margareth Rago (1985) aponta que, segundo os libertários, o problema da prostituição era puramente econômico:

[...] a prostituição é denunciada no discurso anarquista em relação à dominação de classe: o burguês é um sedutor que explora operárias inocentes; a fábrica é um antro da perdição e a miséria financeira leva as mulheres pobres a venderem o próprio corpo para garantirem o sustento da família. [...] a prostituta trabalha, se cansa, é usada e explorada tanto quanto a operária. Por isso, ela não deve ser desprezada nem marginalizada, dizem os libertários, já que é mais uma vítima da exploração do capital. (RAGO, 1985, p. 108-109).

O tráfico de mulheres foi discutido pela anarquista Emma Goldman no ensaio *The Traffic in Women* (1910). A libertária russa considerava que a atividade foi usada como uma cortina de fumaça para encobrir outros problemas sociais que ocorriam nos Estados Unidos no final do XIX e início do XX. Para Goldman (1910), as autoridades e a sociedade estadunidense não estavam dispostas a enfrentar a questão do tráfico de mulheres, as quais vinham da Europa para serem prostitutas na América, notadamente em cidades como Nova York, Buenos Aires, São Paulo e Rio de Janeiro (RAGO, 2011, p. 263).

Todo o artigo de Goldman foca na questão estadunidense, argumentando que as autoridades e a sociedade da cidade de Nova York “descobriram” de uma hora para outra o “tráfico de mulheres brancas”.

[...] Our reformers have suddenly made a great discovery – the white slave traffic. The papers are full of these “unheard-of conditions”, and lawmakers are already planning a new set of laws to check the horror. It is significant that whenever the public mind is to be diverted from a great social wrong, a crusade is inaugurated against indecency, gambling, saloons etc. And what is the result of such crusades? Gambling is increasing, saloons are doing a lively business through back entrances, prostitution is at its height, and the system of pimps and cadets is but aggravated (GOLDMAN, 1910, p.76).

Comprometido com temáticas femininas, o periódico *La Voz de la Mujer* discutiu o tema considerado tabu: tráfico de mulheres. O editorial *Resúrjam...*, escrito por Pepita Guerra, debate a situação da mulher como uma escrava sexual em todas as partes do globo, principalmente nas cidades de Buenos Aires e Montevideú. O texto faz

uma análise do manifesto *La esclavitud en Buenos Aires y Montevideo*, publicado por uma associação de mulheres na Alemanha denominada *Deutscher Frauen Verein*.⁴

Pepita Guerra afirmava que ela e suas companheiras de redação ficaram satisfeitas em saber que outra associação de mulheres no mundo tinha consciência sobre a escravização moral e sexual a que as mulheres eram submetidas. Pepita apresenta para a leitora/leitor informações importantes sobre o tráfico de mulheres; a primeira dessas informações dá conta de que as mulheres eram escravizadas sem qualquer repressão por parte das autoridades civis e militares. Segundo esse manifesto, tais mulheres foram “torturadas” e tiveram suas vidas barbarizadas até beirarem a inutilidade.

[...] Hemos sido agradablemente sorprendidas por la lectura de un Manifiesto titulado “La esclavitud en Buenos Aires y Montevideo” y sobre el cual no podemos menos de hacer algunas reflexiones. Hay en el aludido Manifiesto párrafos tan expresivos como éstos: “Donde no pudo alcanzar ninguna autoridad para reprimir la esclavitud de mujeres, muy bien lo pueden unas 150 infelices, que por muchos años vivieron esclavizadas, que fueron explotadas en el modo más bárbaro y echadas a la calle como se echan las cosas inservibles (*La Voz de la Mujer*, 14 nov. 1896, p. 1).

Pepita analisa dois parágrafos do manifesto; o segundo parágrafo chama atenção quando a autora comenta o número de possíveis mulheres que assinaram o manifesto: em torno de 150. Esse número parece ter sido alcançado propositalmente, pois as ex-escravas que o assinaram desejavam representar as diversas mulheres que foram traficadas e escravizadas.⁵

O manifesto afirmava que as mulheres signatárias iriam se unir contra os seus opressores e acusá-los diante da sociedade para que fossem odiados e crucificados por todos, levando entendimento às pessoas e, conseqüentemente, abolindo o tráfico e escravidão de mulheres.

[...] Son 150 ex esclavas que hoy se coaligan para desenmascarar a sus verdugos; para acusarlos ante el Supremo Tribuna de la conciencia pública; para hacerlos aborrecer y maldecir de toda persona que comprenda ser una ignominia sin igual, dejar que se esclavicen tantas criaturas humanas a la fin de un siglo como el actual (*La Voz de la Mujer*, 14 nov. 1896, p. 1).

⁴ Essa pesquisa não teve acesso ao manifesto original, centrando sua análise nos fragmentos apresentados pelo *La Voz de la Mujer*. A data da publicação do manifesto é incerta, girando em torno dos anos de 1895-1896.

⁵ As mulheres alemãs que assinaram o manifesto são todas ex-escravas sexuais.

Em sua análise sobre o manifesto, Pepita questionava o real objetivo do mesmo, argumentando que não eram necessários governos para por fim à situação das escravas sexuais. Na concepção de Pepita, as autoridades e os governos não estavam preocupados em específico com essa situação das mulheres. Alegava que a única maneira das autoridades intervirem no tráfico e na escravização de mulheres seria se as práticas se tornassem um trabalho autônomo das escravas sexuais, já que, assim, haveria a possibilidade de cobrança de taxas e impostos sobre a atividade. O Estado transformaria tais práticas em “empresas” para que ele próprio pudesse lucrar com a exploração.

[...] ¿Qué tal?¿qué decís de esto los que os asustáis cuando os decimos que no hace falta gobierno alguno? Es una bella y sencilla lección. Las autoridades y el gobierno nada pudieron ni se preocuparían de hacer aunque pudieran. Pero lo que ellos no pudieron hacer lo hace la “libre iniciativa” de 150 mujeres, que pudieran ser menos o más según la obra que se propusieran llevar a cabo. Ya veréis como ahora el gobierno intervendrá ¿sabéis para qué? pues muy sencillo: para cobrar un derecho por poner un letrero o chapa con el nombre de la sociedad. Es decir, para entorpecer y poner cortapisas a la acción de la asociación (*La Voz de la Mujer*, 14 nov. 1896, p. 1).

Para Pepita, diante da ineficiência do poder estatal, as próprias mulheres se uniram para compor essa associação alemã e executar ações que visavam beneficiar e organizar as prostitutas, de modo que se sentissem representadas por algo e por alguém.

Inicialmente, o argumento de Pepita na sua análise do manifesto vai ao encontro das ideias de Emma Goldman, que também argumentava sobre a lucratividade de atividades como a escravidão sexual e o tráfico de mulheres, tanto para os burgueses como para os Estados.

O tráfico de mulheres para as cidades de Buenos Aires e Montevideú foi o principal foco do manifesto. Porém, para as articulistas do *La Voz de la Mujer*, as associadas e as apoiadoras do documento pareciam desconhecer ou desconsiderar que a escravidão das mulheres acontecia em outras regiões do planeta e mesmo da América, como o Prata e os Andes.

[...] vamos por partes. Dice el manifiesto: “La esclavitud de Buenos Ayres y Montevideo”. Decimos nosotras:¿Creen las asociadas y defensoras de esas infelices que solamente aquí y en Montevideo existe esa y otras esclavitudes? ¡Oh, no, no creáis eso, compañeras! Desde allá del ancho Tíber, al turbulento Plata, de allá de las gigantes

cumbres del legendario Cáucaso hasta las colosales cimas del Andes aterrador; del uno al otro Polo, por la ancha faz del mundo, dueña y señora de la raza infeliz obrera reina la esclavitud. ¡Esclavitud más negra, más infamante y dura, horrenda esclavitud que nos tortura, que nos desgarrar el cuerpo, que nos oprime el alma, la esclavitud degradante del salario! (*La Voz de la Mujer*, 14 nov. 1896, p. 1).

Emma Goldman também argumentava que parecia ser “absurdo” que as mulheres traficadas da Europa fossem um grande problema social na América.

[...] in view of the above facts it is rather absurd to point to Europe as the swamp whence come all the social diseases of America. Just as absurd is it to proclaim the myth that the Jews furnish the largest contingent of willing prey. I am sure that no one will accuse me of nationalistic tendencies. I am glad to say that I have developed out of them, as out of many other prejudices (GOLDMAN, 1910, p. 81).

Entretanto, assim como as apoiadoras do manifesto acreditavam que o tráfico de mulheres se limitava a apenas duas cidades da América, Goldman presumia que as mulheres europeias eram vítimas de preconceito e não compunham a gama de mulheres traficadas.

Aqui deve-se ressaltar que ambas as afirmativas apresentam equívocos, a própria historiografia nos anos 70 e 80 do século XX avaliou que existia um fluxo intenso de mulheres que saíam de países europeus para cidades da América do Sul e do Norte, como as já citadas Nova York, Buenos Aires, Rio de Janeiro, São Paulo e Montevidéu.

Para Rago (2011),

[...] desde que o tema do tráfico sexual voltou à baila entre as décadas de 1970 e 1980, estudos históricos respeitáveis avaliam que houve um intenso trânsito de mulheres oriundas de regiões empobrecidas da Rússia, Polônia, Romênia e Ucrânia, ou mesmo da França, Espanha e Portugal, destinadas ao mercado sexual nas capitais do Novo Mundo, entre Nova York, Buenos Aires, Rio de Janeiro e São Paulo (RAGO, 2011, p. 264).

Para Cristina Schettini (2006),

Os estudos que tratam da prostituição a partir da segunda metade do século XIX costumam associar os grandes movimentos de imigração de trabalhadores europeus para várias partes do mundo com a circulação de histórias sensacionais sobre um misterioso tráfico de mulheres europeias. Nas versões mais correntes dessas histórias, 126 mulheres viajaram enganadas por ardilosos homens organizados em

verdadeiras associações criminosas, terminando obrigadas a se prostituir em terras distantes e desconhecidas. Uma tal circulação de histórias e pessoas em escala mundial faz da prostituição um tema pertinente para uma reflexão de como critérios de raça e gênero operaram na articulação de ideologias de dominação social e de identidade nacional nesse período. Por meio das histórias de mulheres, europeias enganadas e vitimizadas, diferentes grupos, em variados pontos do planeta, expressaram temores sobre mudanças e instabilidades sociais em suas comunidades e países. Ao mesmo tempo, governos nacionais se associavam na tentativa de tornar internacional o combate a um delito que assumia proposições intercontinentais (SCHETTINI, 2006, p. 105).

Os textos de Pepita Guerra no periódico buscavam aproximar-se das leitoras com relatos pessoais da autora. Seguindo esse padrão, Guerra apresenta um relato pessoal para tentar exemplificar e levar as leitoras/leitores a uma melhor compreensão da situação da mulher que caía na prostituição. A autora descreve uma noite de luto, de lágrimas, de insônia e que são os reais prazeres dos poderosos.

O relato de Pepita foca na situação financeira dramática pela qual vinha passando, com seus pais impossibilitados de trabalhar e seus irmãos famintos. Pepita se dizia uma jovem magra e bonita. E recorreu à estratégia do diálogo para se aproximar das leitoras e leitores de forma mais intimista. O diálogo era entre ela e seus irmãos, os quais imploravam por pão. Esse diálogo, contudo, não foi concluído, pois Pepita argumentava estar com vergonha de contar mais, alegando que o melhor era deixar a situação secretamente guardada em sua alma, tendo em vista que as lembranças mobilizavam sentimentos e emoções que ainda despertavam dores e lágrimas (*La Voz de la Mujer*, 14 nov. 1896, p. 1).

Muitas mulheres traficadas eram persuadidas pelos chamados cáftens a aceitar trabalhos em outros países do mundo com a promessa de melhores condições de vida. Esses deslocamentos migratórios em busca de melhores condições de vida relacionavam-se com a exploração pela exploração; mulheres eram enganadas e ao chegarem às cidades eram destinadas à exploração sexual e tratadas como objetos de prazer.

[...] a análise dos locais de origem indicados por cáftens e prostitutas nos processos de expulsão, indica com clareza a inter-relação existente entre a imigração e o êxodo rural que assolava a Europa, bem como a lógica do tráfico de mulheres inseridas em tal contexto. Enquanto as prostitutas, em maioria esmagadora [...] indicavam as aldeias europeias como locais de origem, os cáftens provinham das principais

idades da época, com destaque para as cidades de **Paris**, Londres, Barcelona, Nápoles, **Varsóvia**, **Viena** e Odessa (MENEZES, 1992, p. 32, grifo nosso).

Centrando um pouco a questão do tráfico na cidade de Montevideu, discutia-se no texto o papel das autoridades policiais que nada então faziam para impedir a entrada de mulheres nos portos, não fechavam as casas de prostituição, nas quais essas mulheres eram comercializadas. As escritoras do manifesto argumentavam até mesmo que já haviam enviado uma solicitação para as autoridades uruguaias, porém, nada tinha sido feito para que o tráfico fosse impedido.

[...] Si la policía de Montevideo siguiera el noble ejemplo de la de esta capital, ¡oh!, entonces los Caftens se verían cerradas todas las puertas por donde introducen aquí su mercadería; mas según parece a las autoridades policiales de Montevideo poco les importa que se introduzcan allá mujeres para mercadearlas, pues hasta hoy las solicitudes que enviamos a aquella Jefatura en el sentido de apoyar nuestra misión, han quedado en legra muerte” (*La Voz de la Mujer*, 14 nov. 1896, p. 1).

As escritoras do Manifesto argumentavam que, quando as mulheres chegavam ao porto de Montevideu, elas eram distribuídas em depósitos e posteriormente enviadas para o porto de Buenos Aires, tornando-se difícil identificar para qual bairro da capital argentina teriam sido destinadas.

[...] Una vez que las mujeres importadas llegan a desembarcar en Montevideo y pasar en los Depósitos, es sumamente difícil saber de cuál parte llegarán a Buenos Aires, porque para realizar esto, los sitios y los modos son muchos y diferentes. Ciérrase a los esclavizadores el puerto de Montevideo, como aquí se les cerró la Dársena y entonces si quieren importar mujeres en la América del Sur no les quedará otro modo que servirse de globos aerostáticos (*La Voz de la Mujer*, 14 nov.1896, p. 1).

O porto de Buenos Aires era conhecido por ser porta de entrada das mulheres europeias traficadas para as Américas; o porto argentino fazia constantes intercâmbios com o porto do Rio de Janeiro, principalmente no início do século XX. Do Rio de Janeiro, as europeias eram distribuídas para outras cidades do Brasil.

[...] Buenos Aires, terceiro centro universal, em importância, do tráfico de mulheres – Paris e Odessa seriam os primeiros – era o mercado distribuidor para todo o continente sul-americano. De lá

provinham várias mulheres que se destinavam aos bordéis do Rio de Janeiro. Algumas, lá haviam se prostituído, por opção ou por falta de opções. Outras, lá foram obrigadas ao meretrício. Outras, ainda, lá se amasiaram ou casaram, com objetivo de mudança de vida, o que, raramente, se concretizou (MENEZES, 1992, p. 35).

Pepita, complementando a argumentação sobre a posição das autoridades policiais, afirmava que a polícia de Buenos Aires não tinha um papel muito diferente da polícia uruguaia. As autoridades policiais utilizariam desses meios para lucrar com os lugares que recebiam essas mulheres, os bordéis e as casas de prostituição. As mulheres eram consideradas produtos a serem comercializados, então, precisavam ser taxadas como tal.

O destino das mulheres traficadas eram as casas de banho, onde os lucros eram divididos entre os exploradores e as autoridades locais, como as de Buenos Aires e Montevideú. O tráfico de escravas brancas servia apenas para o lucro.

[...]¡Llamáis noble al proceder de la policía de Buenos Aires! Si supierais que ella sabía hace mucho lo que pasaba... Si supierais que ella compartía con los infames “Caftens” la ruin ganancia del comercio de esa carne humana! ¿Olvidáis acaso las libretas y otros cobros impuestos que mi pluma se resiste a escribir? Malhaya la raz ruin de comerciantes de nuestra carne, hermanas... En cuanto a la policía de Montevideo, ¿qué le importa a ella? ¿Le daríais vosotros la ganancia que de esas infelices sacan? La de aquí (no os asombréis) proseguirá sacándola. ¡Cerrar el puerto de Montevideo y las Dársenas de Buenos Aires!... Cerrad la miseria, compañeras, y habránse cerrado de doquier las playas. Pero entretanto, ¡ay de la raz infeliz de obreras! ¡ay de las pobres proletarias! (*La Voz de la Mujer*, 14 nov. 1896, p. 1).

Mesmo divulgando e analisando o manifesto escrito pela associação alemã, Pepita Guerra e as redatoras do *La Voz de la Mujer* criticavam as associadas afirmando que as signatárias ainda não possuíam conhecimento necessário para entender que existiam muitas outras espécies de escravidão, embora, naquele momento, lutassem por uma causa nobre. Ainda assim, para as anarquistas, o movimento contra escravização das mulheres era parte da luta que empreendiam.

Em sua análise, Pepita Guerra destaca um parágrafo do manifesto no qual as associadas afirmavam estarem totalmente engajadas na luta de libertação das mulheres escravizadas sexualmente. Proclamavam-se, inclusive, como lutadoras prontas para lutar por essas mulheres e juntamente com a religião ajudarem a solucionar o tráfico de mulheres.

[...] Estamos dispuestas a hacer cualquier sacrificio para seguir resueltas y llenas de entusiasmo en la santa misión que nos impusimos. Ningún obstáculo nos detendrá en nuestro escabroso camino. Si nos harán falta las fuerzas caeremos heroicamente como soldado sobre el campo de batalla, si nos harán falta los recursos después de haber vendido hasta el último trapo, iremos pidiendo limosna en nombre de la humanidad y de la Religión ultrajadas!” (*La Voz de la Mujer*, 14 nov.1896, p. 1).⁶

Analisando o conteúdo do documento redigido pelas mulheres alemãs, Guerra argumentou que o fato de as associadas se apoiarem na religião contrariava as concepções defendidas pelas redatoras do *La Voz de la Mujer*. Segundo as articulistas, as instituições religiosas não eram agregadoras e nem sensíveis ao assunto.

[...] ¿Y decís que lucháis en nombre de la Religión ultrajada? Craso error, queridas, en nombre de vuestros corazones generosos sí, pero jamás en el de esa religión que en tanto que vosotras estáis dispuestas a vender vuestras ropas para salvar de la esclavitud, de la prostitución a vuestra compañeras, ella guarda por doquier y en todas partes encerradas, deslumbrantes y espléndidas riquezas, tesoros de valor incalculable, y su jefe, el santo padre trece, ¡once mil habitaciones tiene para sólo su regalo en el palacio en Roma! ¡En nombre de una religión que os dice, no os acariciéis, oh jóvenes que amáis, sin antes casaros, ni os casaré si no pagáis! ¡En nombre de una religión que desprecia a la mujer caída, y que en Roma, la ciudad de sus afanes, comerciaba también con vuestros cuerpos, pues cuatrocientos prostíbulos oficiales, de los cuales el religioso padre santo sacaba un beneficio líquido de trescientas mil libras anuales!! (*La Voz de la Mujer*, 14 nov. 1896, p. 1).

O fim da análise do manifesto é composto pela crítica e pelo aprendizado. As redatoras acreditavam que a formação dessa associação e a redação e circulação do manifesto poderiam contribuir para o aumento das discussões sobre o tema. Para demonstrar apoio pelo documento, a redação enviou uma carta à associação (*La Voz de la Mujer*, 14 nov. 1896, p. 1-2).

Do *La Voz de la Mujer* à sociedade alemã *Deutscher Frauen Verein*

A carta destinada à sociedade *Deutscher Frauen Verein* foi assinada por Pepita Guerra e revela os sentimentos da equipe do *La Voz de la Mujer* pelo manifesto. Segundo a carta, as redatoras tiveram acesso ao Boletim nº 1 impresso pela Associação

⁶ O trecho foi retirado do manifesto.

e afirmaram que a iniciativa de lançar um manifesto contra a escravidão sexual e o tráfico de mulheres foi uma surpresa, mas que as mulheres libertárias já tinham extenso conhecimento do tema.

A carta possui diversos pontos importantes; em um deles Pepita aponta que cada uma lutava e se manifestava de acordo com seus pontos de vista e suas necessidades. O ponto de vista do *La Voz de la Mujer* era que o anarquismo lutava contra todos os tipos de escravidão existentes e contra todos os meios de opressão contra a mulher. Pepita finalizou a carta desejando emancipação e carinho para todas as mulheres da sociedade alemã.

[...] Luego, pues, la miseria es causa de su desgracia. Veamos ahora cuál es la causa de la miseria, no de ellas sólo, sino de todos los obreros del mundo entero. ¿Queréis que se lo preguntemos a los que poseyendo miles de millones tienen a bien traficar con el hambre, el trabajo y la sangre del obrero? Tened en cuenta, hermanas, que los agobiantes impuestos y la despiada sed de oro de los acaparadores de la tierra y los comerciantes en general, tanto el que por vivir él cómodamente os aumenta el precio de la casa u os vende más caro el pan, mermando de tal modo los productos y el salario del trabajador, que obliga a éstos a permitir que sus jóvenes y hermosas hijas abandonen sus paternos lares y vengán o vayan al prostíbulo. Luego tenemos causa de la prostitución: la miseria; causa de la miseria, la explotación, y esto no sólo sucede en la secular Europa, en todas partes pasa. Aquí en la culta Buenos Ayres, como la llamáis vosotras, sucumben miles de jóvenes, unas en el taller, otras en su hogar, por exceso de trabajo y falta de alimento, y otras en los prostíbulos, y en los hospitales miles. Y esto sucede con proletarias nacidas en la misma culta Buenos Ayres, porque habéis de saber que para el obrero no hay más patria ni más gloria ni más nada que el taller, el prostíbulo o la cárcel. Cuando una persona está obligada a vender sus fuerzas o su cuerpo a un patrón, no es libre en modo alguno, no ser libre es ser esclavo; por librarnos de toda clase de esclavitud lucharemos. Vosotras lo hacéis sólo por una. Mas no importa, os aplaudimos. Eso decía la carta y que os desea emancipación y cariño disse. Pepita Guerra (*La Voz de la Mujer*, 14 nov. 1896, p. 1).

A análise do manifesto que Pepita Guerra realiza tem um tom fortemente crítico e ao mesmo tempo intimista e solidário. A expressão “tráfico de mulheres” não aparece nenhuma vez no texto de Pepita, entretanto, as descrições das atividades e a chegada das mulheres aos portos levam a leitora a entender que se tratava da temática. O texto era totalmente destinado às mulheres, pois, elas eram, então, as maiores vítimas da escravidão sexual.

Ainda no campo da sexualidade, o texto serve como um posicionamento sobre a prostituição e seus efeitos negativos na vida das mulheres estrangeiras. O foco nas mulheres estrangeiras torna o texto mais amplo e de alcance significativo fora das fronteiras da Argentina, sendo esse escrito um dos poucos que falam sobre a temática.

Conclusão

As libertárias argentinas do *La Voz de la Mujer*, em fins do século XIX, buscavam focar em questões internacionais que diziam respeito às mulheres. Objetivando construir uma narrativa revolucionária, as militantes optaram por publicar textos expondo suas próprias ideias sobre o tráfico e a escravidão de mulheres europeias e latino-americanas, encontrando no *La Voz de la Mujer*, primeiro periódico anarquista de mulheres para mulheres da América, uma forma de firmar sua posição política, social e principalmente sexual.

Os textos redigidos por Pepita Guerra e suas companheiras de redação procuravam um tom de cumplicidade entre as mulheres, criando um espaço familiar para a troca de ideias. Fazendo uma análise mais geral dos artigos publicados no periódico, observamos que tais textos quase não dialogam com nenhuma outra entidade que não fosse ligada a princípios anarquistas.

A sociedade *Deutscher Frauen Verein* não tem uma origem muito clara, dificultando a identificação de suas associadas. Porém, a publicação do manifesto torna-se importantíssima para análise dos conteúdos sobre o tráfico de mulheres e para análise geral do jornal por ser a única instituição com a qual as redatoras do *La Voz de la Mujer* dialogam e por ser uma instituição feminina se manifestando sobre um tema de atenção internacional e de grande importância para a sociedade. A ligação da sociedade com o tráfico para as Américas se dá porque a maioria das mulheres traficadas e aqui escravizadas era de regiões do Leste Europeu.

As críticas feitas ao tráfico e à escravidão de mulheres, tanto pelas libertárias quanto pelas feministas e associações internacionais, ainda que tenham tido grande repercussão, não surtiram muitos efeitos práticos. Entre os anos 1896 e 1900, a quantidade de mulheres que chegaram às Américas por intermédio dos cáftens foi quase o dobro das que já habitavam os espaços sociais de Buenos Aires, Montevideu e Rio de Janeiro (MENEZES, 1992, p. 36). Os escritos e cartas de denúncia pouco tiveram

espaço entre as autoridades locais e internacionais, confirmando a facilitação de entrada dessas mulheres nos portos.

Com o passar das décadas, essas práticas tiveram um combate mais efetivo por parte do Estado, sendo assim as ideias das libertárias contra o tráfico e a escravização de mulheres, de alguma forma, incorporadas à nossa sociedade. Os valores e a vida cotidiana começaram a se transformar, e as militantes libertárias ajudaram a (re)construir novos espaços sociais e novas práticas sexuais das mulheres, e também produzir novas subjetividades para as relações entre homens e mulheres.

Referências bibliográficas

Fontes

BR. Arquivo Edgard Leurnoroth. AEL/IFCH/UNICAMP. / AR. Centro de Documentación e Investigación de la Cultura de Izquierdas. UNSAM. Americalee (Acervo Digital).

LA VOZ DE LA MUJER, Buenos Aires, 9 exemplares.

Bibliografia

BARRANCOS, Dora. *Anarquismo, educación y costumbres en la Argentina de principios de siglo*. Buenos Aires: Contrapunto, 1990.

GOLDMAN, Emma. *Anarchism and Other Essays*. Second Revised Edition. Nova York; Londres: Mother Earth Publishing Association, 1910.

MENEZES, Lená Medeiros de. *Os estrangeiros e o comércio do prazer nas ruas do Rio (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

PHETERSON, Gail. *Prostituição II*. HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; LE DOARÉ, Hélène; SENOTIER, Danièle (orgs.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Ed. Unesp, 2009.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____. Prefácio à Emma Goldman: tráfico de mulheres. *Cadernos Pagu*, São Paulo, n. 37, jul.-dez., p. 263-271, 2011.

SCHETTINI, Cristiana. *Que tenhas teu corpo: uma história social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

SOUZA, Ingrid Souza Ladeira de. “*Salimos a la lucha...sin Dios y sin jefe*”: o periódico *La Voz de la Mujer* como experiência feminina do anarquismo na Argentina (1896-1897). Dissertação (Mestrado em História), Rio de Janeiro, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.